

## O TINIR DE SABRES NA ANTESSALA: DIPLOMACIA E AÇÃO MILITAR NA QUESTÃO DO ACRE<sup>1</sup>

Henrique Siniciato Terra Garbino\*  
Rosa Beatriz Madruga Pinheiro\*\*

### RESUMO

No final do século XIX, grande parte da borracha comercializada no mundo era produzida nos seringais da Bacia Amazônica. A geração de empregos na região atraiu muitos nordestinos que sofriam com a seca e grande parte destes migrantes destinou-se ao território do Acre, que o governo brasileiro até 1903 reconhecia como boliviano. A ocupação do Acre pelos brasileiros, juntamente com ações diplomáticas equivocadas, gerou tensões entre Bolívia e Brasil. Este problema ficou historicamente conhecido como a Questão do Acre. Considerada neste trabalho como o período desde o Tratado de Ayacucho (1867) até o Tratado de Petrópolis (1903), a Questão do Acre oferece exemplos claros da interdependência entre diplomacia e ação militar, bem como da articulação, inicialmente equivocada, dessas duas ferramentas da política externa. Fundamentado na coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica, valendo-se de fontes secundárias e terciárias, e na análise qualitativa dos dados, este trabalho propõe analisar a interdependência entre diplomacia e ação militar durante este período. Após considerar os diversos casos em que essa relação pôde ser evidenciada, conclui-se que a solução da Questão do Acre, materializada pelo Tratado de Petrópolis, pode ser atribuída à consciência dessa interdependência – tanto pelo Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, como por Plácido de Castro, chefe militar da Terceira Revolução Acreana. Por fim, coloca-se em perspectiva o distanciamento histórico e corrente

---

1 Este trabalho foi adaptado da monografia De Ayacucho a Petrópolis: a interdependência entre diplomacia e ação militar durante a Questão do Acre (GARBINO, 2016), orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Beatriz Madruga Pinheiro e apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina, em setembro de 2016.

---

\* Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, com pós-graduação lato sensu em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Atualmente realiza mestrado em estudos sobre paz e conflitos, na universidade de Upsala - Suécia. Contato: < garbino.henrique@eb.mil.br >.

\*\* Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestre em Relações Internacionais para o Mercosul pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Atualmente exerce a função de coordenadora do curso de Especialização em História na Militar da UNISUL. Contato: <rosa.pinheiro@unisul.br >.

entre poder político, diplomacia e pensamento militar, prejudicando o exercício de uma política externa coerente e integrada.

**Palavras-chave:** Questão do Acre. Diplomacia. Ação militar.

*NOISE OF SABERS FROM THE ANTEROOM:  
DIPLOMACY AND MILITARY ACTION IN THE ACRE CRISIS*

**ABSTRACT**

In the late nineteenth century, much of the rubber sold in the world was produced in the Amazon region. The generation of jobs in the region attracted many migrants from the Brazilian Northeast. Most of these migrants, who suffered from drought, moved to the Acre region, which until 1903 was recognized as Bolivian by the Brazilian government. The occupation of Acre by Brazilians, along with misguided diplomatic actions, generated a diplomatic tension between Bolivia and Brazil. This problem was historically known as the Acre Crisis. Considered in this work as the period ranging from the Treaty of Ayacucho (1867) to the Treaty of Petrópolis (1903), the Acre Crisis offers clear examples of the interdependence between diplomacy and military action, as well as the articulation of these two foreign policy tools, even though initially mistaken. Based on data collection through bibliographic research, drawing on secondary and tertiary sources, and qualitative analysis, this paper aims to examine the interdependence between diplomacy and military action during this period. After analyzing the many cases where this relationship could be demonstrated, it follows that the solution of the Acre Crisis, embodied by the Treaty of Petrópolis, can be attributed to the awareness of this interdependence – by both the Baron of Rio Branco, Minister of Foreign Affairs, and by Plácido de Castro, military commander of the Third Acrean Revolution. Finally, it is put into perspective the historical and current distance between political power, diplomacy and military thinking, affecting the exercise of a coherent and integrated foreign policy.

**Keywords:** Acre Crisis. Diplomacy. Military action.

*EL RUIDO DE SABLES EN LA ANTESALA:  
DIPLOMACIA Y ACCIÓN MILITAR EN LA GUERRA DEL ACRE*

**RESUMEN**

En el fin del siglo XIX, gran parte del caucho comercializado en el mundo era producido en los campos de árboles del caucho de la cuenca amazónica. La creación de empleos en esta región atrajo muchas personas de la región nordeste, que sufrían con la sequía, y gran parte de estos migrantes se destinaban al territorio del Acre, lo cual el gobierno brasileño hasta 1903 reconocía como boliviano. La

ocupación de Acre por los brasileños, juntamente con acciones diplomáticas equivocadas, generó tensiones entre Bolivia y Brasil. Este problema quedó conocido históricamente como la Guerra del Acre. Considerada en este trabajo como el período desde el tratado de Ayacucho (1867) hasta el Tratado de Petrópolis (1903), la guerra del Acre ofrece ejemplos claros de la interdependencia entre diplomacia y acción militar, y también de la articulación, inicialmente equivocada, de estas dos herramientas de la política exterior. Fundamentado en la recolección de datos por medio de búsqueda bibliográfica, utilizando fuentes secundarias y terciarias, y en el análisis cualitativo de datos, este trabajo propone analizar la interdependencia entre diplomacia y acción militar durante este período. Después de considerar los diferentes casos en que esa relación puede ser evidenciada, se concluye que la solución para la guerra del Acre, materializada por el Tratado de Petrópolis, puede ser atribuida a la concientización de esta interdependencia – tanto por el Barón del Rio Branco, Ministro de Relaciones Exteriores, como por Plácido de Castro, jefe militar de la Tercera Revolución Acreana –. Por fin, se pone en perspectiva el distanciamiento histórico y corriente entre poder político, diplomacia y pensamiento militar, lo que perjudica el ejercicio de una política exterior coherente e integrada.

**Palabras clave:** Guerra del Acre. Diplomacia. Acción militar.

## **1 A QUESTÃO DO ACRE**

Este artigo propõe analisar a interdependência entre as ações político-diplomáticas e as ações militares entre o Brasil e a Bolívia entre 1867 e 1903, período de maior disputa do território do Acre. Na época, o período ficou conhecido como “Questão do Acre”.

Cassiano Ricardo (1954, v. 1, p. 40) explica simbolicamente a Questão do Acre com a afirmação de que “a princípio, a geografia domina a história; mas, depois, é a história quem domina a geografia”. Para manter verdadeira essa assertiva, contudo, “geografia” e “história” devem assumir significados concretos e bem localizados na intrincada Questão do Acre.

A hidrografia do Acre, subordinada às águas indiscutivelmente brasileiras; as montanhas e desertos que separam o território de La Paz; a impenetrabilidade da selva amazônica; a seca devastadora que expulsou milhares de nordestinos; a ampla ocorrência das seringueiras naquela região. Estes são alguns dos fatores que, sim, dominaram, ou ainda, construíram a história.

Por sua vez, o Tratado de Ayacucho e, mais importante, a inexecução plena de seus termos; os “protocolos espúrios” (RICARDO, 1954, v. 1, p. 28) de 19 de fevereiro de 1895, 22 de outubro de 1898 e 30 de outubro de 1899; o *Bolivian Syndicate*; e três revoluções foram os fatos históricos que, ratificando Cassiano Ricardo, desafiaram a geografia.

O escritor Álvaro Lins (1996, p. 262), biógrafo do Barão do Rio Branco, parafraseando Cassiano Ricardo, o traduz:

O caso do Acre fora a princípio de Geografia e História; depois, uma questão de ordem política e econômica. Deveria pertencer ao Brasil pela sua colocação geográfica: o acesso a esse território só se fazia pelos caminhos fluviais do sistema amazônico. Veio, porém, a caber à Bolívia em virtude de um tratado feito em época na qual não estavam ainda povoadas as bacias do Alto Purus e do Alto Juruá, embora já exploradas e conhecidas como brasileiras.

Encontram-se, na Questão do Acre, exemplos concretos de decisões diplomáticas equivocadas, especialmente durante a liderança do Itamaraty por Dionísio Cerqueira e por Olinto de Magalhães, que resultaram em revoltas armadas, bem como em ações militares indesejadas resultando em demoradas negociações políticas e diplomáticas. A atuação do Barão do Rio Branco, no entanto, foi marcada por ações precisas e ponderadas em ambos os campos, diplomático e militar.

No campo político-diplomático, pode-se invocar: Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, com seu ideal pacifista e o conceito do *uti possidetis*, que nortearam os consequentes tratados e, pode-se dizer, a política exterior conduzida pelo Itamaraty; o Tratado de Ayacucho, em 1867, redigido às pressas pelo Governo Imperial durante a Guerra da Tríplíce Aliança, com o receio de um novo conflito no continente e com a necessidade de firmar alianças, e dessa forma falho e impreciso; os protocolos do Ministério das Relações Exteriores de 18 de fevereiro de 1895, de 23 de outubro de 1898 e de 30 de outubro de 1899, que, repetidamente, regiam contra os brasileiros no Acre; a concessão boliviana das terras do “Aquiri” ao *Bolivian Syndicate*; o *modus vivendi* estabelecido para que fossem iniciadas as negociações; e, por fim, o estabelecimento do Tratado de Petrópolis.

No campo militar, podem ser destacadas as três revoluções acreanas<sup>2</sup>: a de Luiz Galvez e a intervenção da flotilha mercante brasileira contra os revolucionários; a “expedição dos poetas” e o bloqueio brasileiro à canhoneira inglesa com destino ao Acre; a Terceira Revolução Acreana, do gaúcho Plácido de Castro e o bloqueio à livre navegação do Amazonas, como resposta ao *Bolivian Syndicate*. Além da

---

2 Apesar de o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 – que passou a vigorar no Brasil em 2016, sendo conhecido como “Novo Acordo Ortográfico” – reconhecer somente o gentílico “acriano”, a grande maioria dos habitantes e instituições públicas e privadas do Acre, incluindo a Academia Acreana de Letras, defende o uso do gentílico “acreano”. Decidiu-se por utilizar o gentílico “acreano” neste artigo, em respeito à vontade da maioria do povo acreano. Ressalta-se que, no momento da redação deste trabalho, encontra-se em tramitação um processo legal para sancionar a utilização de ambas as formas.

marcha do Presidente Pando para o norte, juntamente com a marcha para o sul como resposta brasileira à ofensa boliviana.

Em diversos casos, ficou evidente a relação entre as ações político-diplomáticas e as ações militares, sejam revolucionárias – dos insurgentes acreanos, apoiados pelo Estado do Amazonas e sem consentimento do governo federal – sejam legalistas, variando desde ações em apoio ao governo boliviano e em repressão aos movimentos revolucionários, em um primeiro momento, até o resguardo destes e servindo como dissuasão às tropas bolivianas. Orquestrar essas ações – tanto político-diplomáticas como militares – foi a tarefa assumida pelo Barão do Rio Branco, apoiada por Plácido de Castro e que teve como resultado o Tratado de Petrópolis.

A análise dos fatos históricos sugere que a solução bem-sucedida da intrincada Questão do Acre pode ser atribuída à consciência da interdependência entre diplomacia e ação militar por seus principais atores – tanto pelo Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, como por Plácido de Castro, chefe militar da Terceira Revolução Acreana. Por fim, valendo-se da Questão do Acre como caso de estudo, destaque-se o papel da diplomacia e da capacidade militar como ferramentas da política externa, colocando em evidência o distanciamento histórico e corrente entre poder político, diplomacia e pensamento militar, prejudicando o exercício de uma política externa coerente e integrada.

## **2 INTERDEPENDÊNCIA ENTRE DIPLOMACIA E AÇÃO MILITAR**

A Questão do Acre, compreendida aqui como as relações entre Brasil e Bolívia desde a assinatura do Tratado de Ayacucho (1867) até a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), representa um interessante estudo de caso sobre a interdependência entre diplomacia e ação militar. Pode-se elencar uma série de eventos históricos que evidenciam essa relação, quer quando uma ação militar influenciou (positiva ou negativamente) uma negociação político-diplomática, quer quando uma decisão político-diplomática influenciou uma ação militar. Pode-se destacar essa interdependência nos eventos a seguir.

### **2.1 A Guerra da Tríplice Aliança e a assinatura do Tratado de Ayacucho**

Em meados do século XIX, o desentendimento entre Brasil e Bolívia em relação às suas fronteiras comuns apresentava um problema de ordem crônica, afigurando-se como potencial motivador para um conflito armado. Acentuando ainda mais o conflito, o governo boliviano aproveitava-se da inexistência de uma fronteira firmada entre os dois países e reclamava o direito de navegação na Bacia Amazônica (COSTA, 2005).

As tentativas brasileiras de resolução do conflito pelo meio diplomático

não surtiam o efeito desejado, como expressado pela retirada da missão especial chefiada pelo conselheiro Ponte Ribeiro em 1841, que tinha por objetivo justamente resolver a questão fronteira; além da tentativa do governo boliviano, em 1844, de franquear a navegação do rio Amazonas; e finalmente em 1853, quando efetivamente a Bolívia decretou a navegação universal de seus rios, incluindo rios da Bacia Amazônica (COSTA, 2005; RICARDO, 1954).

Discussões enérgicas ocorreram de 1853 a 1858, mas o governo boliviano mostrou-se inflexível. As tensões agravaram-se, as relações diplomáticas foram rompidas e, nas palavras de Craveiro Costa, “a guerra esteve a pronunciar-se” entre os dois países (2005, p. 76).

Em dezembro de 1864, entretanto, tropas paraguaias invadiram a província de Mato Grosso, atingindo o Império inesperadamente. Enquanto a defesa nacional era mobilizada e a diplomacia brasileira buscava alianças militares com Argentina e Uruguai, também se fazia necessário dissipar antigas disputas com países vizinhos, em especial com a Bolívia e o Peru (ARAÚJO; RICÚPERO, 2002; COSTA, 2005; GÓES FILHO, 1991; LINS, 1996; RICARDO, 1954; VIANA FILHO, 2008).

Pressionado pelo conflito com o Paraguai e pela tensão militar com a Bolívia desde o rompimento das relações diplomáticas, o Brasil estava em situação desvantajosa na mesa de negociação e teve de ceder a diversas exigências bolivianas (COSTA, 2005).

Felippe Lopes Netto, plenipotenciário brasileiro enviado à Bolívia, conduziu as negociações com o país vizinho, que resultaram na assinatura do Tratado de Ayacucho, em 27 de março de 1867, em meio à Guerra da Tríplice Aliança (COSTA, 2005; RICARDO, 1954). As concessões feitas à Bolívia foram no sentido de garantir o acesso aos rios da Bacia Amazônica, franqueando-lhe a livre navegação e cedendo-lhe um porto, além da construção de uma estrada de ferro na região.

A assinatura do Tratado de Ayacucho, portanto, pode ser observada como a consequência diplomática do quadro apresentado por um conflito armado deflagrado com um terceiro país vizinho e pela necessidade de apaziguar outro conflito latente com a Bolívia. Somado ao contexto regional da época, de acordo com Cassiano Ricardo, certo “desapego” político em relação às terras pouco conhecidas, distantes e pouco povoadas, fez com que não fossem levados em conta os interesses dos brasileiros no Acre durante as negociações (1954), dando início à Questão do Acre.

## **2.2 O protocolo de 22 de outubro de 1898 e a Primeira e Segunda Revolução Acreana**

A Primeira e Segunda Revoluções Acreanas podem ser entendidas historicamente como consequências de uma má interpretação do contexto regional e das dinâmicas de poder que se apresentavam no Acre. Para ser claro, os revoltosos

acreanos lutavam contra a dominação boliviana, porém esta só pôde se consolidar com a aquiescência do governo brasileiro. A diplomacia brasileira, ao reconhecer o território como boliviano, legitimou o processo de ocupação do Acre pela Bolívia, ignorando a presença de seringueiros brasileiros na região.

O protocolo de 22 de outubro de 1898, do Ministro Dionísio Cerqueira, reconhecia o direito da Bolívia em estabelecer alfândegas no Acre, em “território incontestavelmente seu” (RICARDO, 1954, v. 1, p. 111), mesmo diante da inexistência de uma fronteira demarcada entre os dois países e do fato do território em questão estar ocupado por brasileiros. O consentimento brasileiro ao estabelecimento das alfândegas autorizava a ocupação boliviana no território do Acre, sem nem mesmo ter-se findado o processo de demarcação das fronteiras.

A alfândega boliviana foi estabelecida em Porto Acre, localidade já ocupada por brasileiros e que teve o nome alterado para *Puerto Alonso*<sup>3</sup> (RICARDO, 1954). O domínio boliviano rapidamente angariou a insatisfação dos brasileiros no Acre, especialmente pela política de impostos do delegado boliviano. Consequentemente, os acreanos, sentindo-se esquecidos pelo governo brasileiro, resolveram acabar com a ocupação boliviana. Seis meses depois da instalação da alfândega, em 1º de maio de 1899, iniciava-se a Primeira Revolução Acreana, sob a liderança de Luis Gálvez (AZEVEDO, 1901).

Em pouco tempo, a revolução conseguiu efetivamente retomar o controle do território disputado, devido em grande medida à incapacidade dos bolivianos em defender-se naquele momento. Os revoltosos declararam o novo Estado Independente do Acre e propuseram sua anexação junto à República (COSTA, 2005; RICARDO, 1954).

O governo brasileiro, no entanto, não reconheceu a legitimidade do conflito e apoiou as pretensões do governo boliviano, ignorando por completo os interesses dos brasileiros residentes no território do Acre. Nos termos de Clausewitz, a política brasileira, como “*die Intelligenz des personifizierten Staates*” (1857, p. 23), não definiu claramente seus interesses, objetivos e a real natureza do conflito que se desenvolvia, jogando-o à sorte dos brasileiros habitantes da região.

Uma flotilha organizada pelo governo federal chegava a Porto Alonso em março de 1900 e seu comandante, o Almirante Ramos da Fonseca, conferenciou com Luis Gálvez. Na ocasião foi assinada uma ata de paz e o domínio do território foi devolvido à Bolívia (RICARDO, 1954). As causas do primeiro conflito, ou seja, a insatisfação dos acreanos em relação ao domínio boliviano, não haviam sido sanadas com a intervenção do Governo Federal. Era evidente que a revolução acreana não terminaria ali.

A Segunda Revolução Acreana, também conhecida como “expedição dos poetas”, composta por “poetas e letrados” e não por militares (COSTA, 2005),

---

3 Esta localidade será doravante designada como “Porto Alonso”.

4 “A inteligência do Estado personificado” (tradução sugerida).

mesmo que tenha sido fadada ao insucesso, representava o descontentamento dos acreanos e a inação do governo federal para resolver o conflito que se avultava.

Eduardo Octaviano, cônsul brasileiro no Acre boliviano estabelecido pelo Protocolo de 30 de outubro de 1899, registrou o recebimento de um ofício coletivo de brasileiros que afirmava que os acreanos teriam deposto suas armas apenas “provisoriamente, a fim de aguardar a decisão do [...] governo”, e caso essa fosse desfavorável à causa acreana, lia-se: “continuaremos a revolução e defenderemos os nossos direitos à força armada” (BRASIL, 1900, p. 27). Caso o governo brasileiro não resolvesse política ou diplomaticamente o conflito com a Bolívia, os acreanos o fariam à força.

### 2.3 Bloqueio à canhoneira inglesa e fechamento do Amazonas

Salinas Vega, Ministro Plenipotenciário da Bolívia no Brasil, em nota datada de nove de junho de 1900, informou ao Governo Brasileiro a decisão boliviana de expedir da Europa uma canhoneira inglesa<sup>5</sup> contendo “empregados, forças, petrechos, víveres e os elementos necessários para o êxito da expedição” (BRASIL, 1900, p. 19), com a finalidade de apoiar os esforços bolivianos na repressão aos revoltosos brasileiros. Em nota posterior, de três de julho, o Ministro explicaria que a “força” a que se referiu “só será de polícia – 30 ou 40 homens – que irão proteger os moradores e defender as suas propriedades [...]” (BRASIL, 1900, p. 19).

Por fim, o Ministro solicitava a expedição de ordens para o que vapor transitasse sem embarço pelas águas brasileiras, defendendo que a Bolívia sempre teve o direito de transitar por águas interiores brasileiras e que esse direito não teria sido e não poderia ser negado (BRASIL, 1900). Apesar de que até aquele momento a diplomacia brasileira não havia contestado a soberania boliviana ao Acre, o Governo Federal não pôde consentir que transitasse em águas nacionais uma força destinada a combater brasileiros (BRASIL, 1900; RICARDO, 1954).

Mesmo com a justificativa moral de proteger os brasileiros revoltosos, Olinto de Magalhães, amparado pelos tratados bilaterais vigentes, responde tecnicamente que somente tinham direito à navegação das águas interiores do Brasil os navios mercantes da Bolívia, negando assim o acesso à canhoneira inglesa (BRASIL, 1900).

O fechamento do Amazonas, no entanto, foi justificado em outras bases. A supressão do trânsito comercial por rios brasileiros entre a Bolívia e demais nações – imposta durante o Governo de Campos Sales e confirmada por Rio Branco – foi

---

5 Em nota oficial enviada ao governo brasileiro, Salinas Vega informa que a embarcação, um “vapor especial” (BRASIL, 1900, p. 22), teria sido adquirido pela Bolívia, sem explicitar o tipo ou origem do vapor; enquanto Cassiano Ricardo se refere a uma “canhoneira inglesa” (1954, v. 1, p. 125) e Guilherme Frota a uma “corveta britânica” (2000, p. 553).



justificado pela diplomacia brasileira com base na defesa da segurança nacional, e deveria permanecer em vigor até ser resolvida a Questão do Acre.

O Dr. Heráclito Graça, perante o Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano (instituição criada pelo artigo 2º do Tratado de Petrópolis, ativado nos biênios 1905-1906 e 1908-1909), argumenta: “A suspensão desta liberdade de trânsito foi da parte do Governo do Brasil uma legítima represália de que lançou mão para conjurar mal maior e encaminhar a sua ação e propósito a um acordo com a Bolívia, segundo se vê da justificação do Tratado de Petrópolis [...]” (TRINDADE, 2012, p. 53).

A decisão de fechar o Amazonas foi tomada na tentativa – que se mostrou eficaz – de inviabilizar a execução do *Bolivian Syndicate*, mesmo levantando reclamações de parceiros comerciais da Bolívia (ARAÚJO; RICUPERO, 2002; BRASIL, 2012a; LINS, 1996; RICARDO, 1954). Nas palavras de Bradford Burns, a proibição da navegação era “a arma mais forte do Brasil contra o sindicato porque, sem acesso ao Acre – e o Amazonas era a única entrada prática – a concessão não tinha nenhum valor” (1966 *apud* ARAÚJO; RICUPERO, 2002, p. 74).

Apesar de ser a decisão da supressão da navegação no Amazonas essencialmente política, ela colocava em evidência a capacidade militar em garantir seu cumprimento. Cabe ressaltar que possíveis tentativas de burlar essa decisão poderiam ser resolvidas pacífica e diplomaticamente; entretanto, em último caso, o fechamento só poderia ser garantido militarmente.

## 2.4 O *Bolivian Syndicate* e a Terceira Revolução Acreana

A ideia boliviana de arrendar as terras acreanas para uma companhia estrangeira fora resultado de uma série de fatores: a localização geográfica do Acre em relação a La Paz; a falta de infraestrutura na região; a inaptidão do povo boliviano ao clima local; e também a incapacidade militar boliviana em assegurar sua soberania na região (LINS, 1996). Transferir a responsabilidade de manter aquelas terras ao *Bolivian Syndicate*, que disporia inclusive de meios policiais e militares, era uma maneira de assegurar o domínio boliviano no Acre sem ter que arcar com os esforços necessários, que, desde o início, se mostravam insustentáveis (BURNS, 1966 *apud* GÓES FILHO, 1991).

O Sindicato fora estruturado à semelhança das *chartered companies*, tendo autonomia para administrar territórios, arrecadar impostos, organizar uma força policial e armar e manter um exército e uma esquadra. O governo boliviano, em retorno, receberia uma parte dos lucros em impostos alfandegários (BASADRE, 1948 *apud* VERA, 2008; RICARDO, 1954). A notícia de tamanha transferência de soberania – que o governo boliviano concordava em ceder a uma companhia estrangeira – alarmou os diplomatas brasileiros e colocou em armas, de imediato, os acreanos.

Considerada uma afronta ao Direito Internacional Público, o Itamaraty tratou de negociar diretamente o cancelamento do acordo. O governo brasileiro,

de imediato, retirou do Congresso um tratado de comércio e navegação com a Bolívia e suspendeu a liberdade de trânsito em águas interiores para importação e exportação da borracha boliviana (ARAÚJO; RICUPERO, 2002; RICARDO, 1954).

As negociações com a Bolívia, em um primeiro momento, mostraram-se infrutíferas. A opinião pública brasileira exigia uma resposta do governo, apoiando mesmo a intervenção militar no conflito. O Barão do Rio Branco, optando pela negociação direta com as diversas partes do conflito e avesso à conquista armada do território, decidiu, antes de mais nada, inviabilizar o acordo do *Bolivian Syndicate* com a Bolívia (BRASIL, 2012a).

Com a justificativa de que o conflito no Acre representava um perigo para a segurança nacional, Rio Branco confirmou, então, a supressão do trânsito comercial entre a Bolívia e as demais nações por águas interiores brasileiras (LINS, 1996; RICARDO, 1954). Em seguida, o representante brasileiro em Washington, Assis Brasil, iniciou as negociações diretamente com o Secretário de Estado norte-americano. Finalmente, com o objetivo de encerrar de uma vez a questão e em consideração ao conflito que se alongava no Acre, foi acordado que o *Bolivian Syndicate* desistiria do empreendimento, mediante indenização financeira, a ser paga pelo governo brasileiro (LINS, 1996; RICARDO, 1954).

Paralelamente às negociações político-diplomáticas, iniciava-se a Terceira Revolução Acreana, pode-se dizer, como consequência do acordo que instituiu a *Bolivian Syndicate*. Plácido de Castro temia que a cessão do Acre a uma companhia estrangeira fosse o primeiro passo para o desmembramento do norte do país (COSTA, 2005). Com base na recorrente postura da diplomacia brasileira – de, até então, apoiar as pretensões bolivianas, com certo descaso com os brasileiros que ocupavam a região – os revoltosos decidiram conduzir a revolução independente do governo federal (vale dizer que contavam com apoio expresso do governo do Amazonas) e declarar um Estado Independente do Acre (SILVA, 2003).

## 2.5 Proclamação do Estado Independente do Acre

Conscientes de que uma revolução no Acre, especialmente se conduzida em nome do governo federal, poderia ocasionar uma guerra do Brasil com a Bolívia e consequências desvantajosas para todas as partes, os revoltosos elaboraram uma estratégia para não comprometer o governo brasileiro. A estratégia fundamentava-se na proclamação do Estado Independente do Acre, esclarecendo que os revoltosos agiam unilateralmente, sem a aquiescência do governo brasileiro. A ideia incluía “a vitória da revolução, a eleição de um chefe de governo, a notificação externa da existência de um novo Estado e, em seguida, a solicitação ao governo brasileiro para que aceitasse a anexação do novo Estado aos seus domínios” (SILVA, 2003, p. 12).

Dessa forma, os revoltosos esperavam reduzir os efeitos políticos nas relações entre Brasil e Bolívia, tornando a Terceira Revolução Acreana limitada ao território

contestado e evitando uma guerra generalizada entre os dois países. Essa decisão demonstra a consciência dos dirigentes da revolução em relação às possíveis consequências político-diplomáticas do conflito.

## 2.6 Decisão de levar a revolução à Bolívia

Durante a campanha militar da Terceira Revolução Acreana, a localidade de Carmen foi atacada por cerca de 800 caboclos, sob ordens do boliviano D. Miguel Roca. O povoado foi incendiado e aproximadamente 80 acreanos foram mortos (COSTA, 2005; SILVA, 2003).

Fora essa terrível derrota que levou Plácido de Castro a decidir levar a revolução à Bolívia, alterando seus planos iniciais de atacar Porto Alonso de imediato. Plácido fazia questão de caracterizar a revolução como diferente das anteriores, sendo esta uma operação militar complexa e que chegava a territórios incontestavelmente bolivianos. (COSTA, 2005; RICARDO, 1954; SILVA, 2003). Seu planejamento incluía, inicialmente, destruir todas as posições militares bolivianas subordinadas ao quartel-general de Riberalta e, em seguida, seguir para Porto Alonso, que representava a maior concentração de tropas bolivianas no Acre (COSTA, 2005).

De fato, após a tomada de Porto Alonso em 24 de janeiro de 1903, chegava a notícia de que o próprio Presidente da República da Bolívia, General Pando, seguia à frente de tropas bolivianas para reivindicar o território do Acre (ARAÚJO, 2002; COSTA, 2005; GÓES FILHO, 1991; LINS, 1996; RICARDO, 1954; SILVA, 2003; VIANA FILHO, 2008). Plácido de Castro, dessa forma, reorganizou seus homens e seguiu ao encontro das tropas bolivianas (SILVA, 2003).

Plácido de Castro entendia ser preciso conduzir a campanha para dentro de território boliviano para manter a segurança do território contestado, evitando, assim, incursões provenientes do território boliviano. Ademais, avançar a campanha Bolívia adentro garantiria uma maior influência e poder de barganha para as negociações futuras.

Em *Vom Krieg*, Karl von Clausewitz (1857) elenca as três principais determinantes para o atingimento do fim político ao qual a guerra se destina: as forças militares, o território e a vontade do inimigo. Por analogia, podemos inferir que Plácido de Castro havia derrotado as forças militares presentes e conquistado o território do Acre. Restava, dessa forma, a articulação político-diplomática de Rio Branco para debelar a vontade do inimigo. Nas palavras de Clausewitz, "*Ist aber auch beides geschehen, so kann der Krieg, [...] nicht als beendet angesehen werden, solange der Wille des Feindes nicht auch bezwungen ist*"<sup>6</sup> (1857, p. 26).

---

6 "Mesmo que as duas coisas sejam atingidas, a guerra [...] não pode ser considerada vencida enquanto a vontade do inimigo também não tiver sido debelada" (tradução sugerida).

## 2.7 Estabelecimento do *modus vivendi*

A reação de Pando de enviar – e pessoalmente liderar – tropas bolivianas para combater os revolucionários acreanos provocou uma grave preocupação no governo brasileiro, que sofria pressões da opinião pública e dispunha de um histórico de insucessos diplomáticos com a Bolívia. Dessa forma, o presidente Rodrigues Alves, assessorado por Rio Branco, decidiu concentrar na fronteira tropas do Exército e da Marinha (ARAÚJO, 2002; GÓES FILHO, 1991; LINS, 1996; RICARDO, 1954), opondo-se, assim, à campanha iniciada por Pando.

A famosa e atemporal assertiva de Clausewitz, “*Der Krieg ist eine bloße Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln*” (1857, p. 24), encaixa-se bem também neste contexto. Clausewitz complementa que a guerra não é um ato político em si, mas um dos instrumentos da política, tal qual a diplomacia. Vale dizer que não havia intenção alguma de resolver o conflito por meio do uso da força militar, como enfatizava sempre Rio Branco em comunicação oficial com a diplomacia boliviana (LINS, 1996). A finalidade em posicionar as tropas na fronteira era dupla: primeiramente, desejava-se dissuadir o governo boliviano de continuar seus esforços de guerra contra os revoltosos, oferecendo uma saída diplomática para o conflito; e, ainda, resguardar a integridade dos brasileiros habitantes do Acre, caso as tropas bolivianas avançassem sobre as tropas de Plácido de Castro.

A política utiliza-se da ação diplomática em tempos de paz, de acordo Raymond Aron (2002), sem excluir o recurso às armas, ao menos a título de ameaça. Ao mesmo tempo que, durante a guerra, a política não se afasta da diplomacia, relacionando-se com os aliados, os neutros e as partes em conflito, quer seja pela ameaça do emprego da força ou abrindo-lhes uma oportunidade para a paz.

Com efeito, a diplomacia ampara-se na possibilidade de emprego de meios de pressão econômica ou política, e mesmo a violência simbólica ou clandestina (ARON, 2002). Sem esses recursos, a diplomacia torna-se puro exercício da persuasão, com grandes chances de fracasso. Raymond Aron explica que:

Neste sentido, a diplomacia pode ser definida como a arte de convencer sem usar a força, e a estratégia como a arte de vencer de um modo mais direto. Mas impor-se é também um modo de convencer. Uma demonstração de força pode fazer com que o adversário ceda sua posição; simboliza a imposição possível, que não chega a executar (2002, p. 73).

De fato, a mobilização de tropas brasileiras, somadas aos brasileiros revoltosos no Acre, foi condição *sine qua non* para a aceitação do *modus vivendi* pelo governo

---

7 “A guerra é uma simples continuação da política por outros meios” (tradução sugerida).

boliviano, que seguia resoluto para conter a revolução. Efetivamente, três dias após a comunicação oficial do Brasil, chegava a resposta de La Paz, aceitando a ocupação do território a norte da paralela 10º 20' pelas tropas oficiais brasileiras e, ao sul da mesma paralela, a permanência das tropas de Plácido de Castro (LINS, 1996), até que o conflito fosse resolvido diplomaticamente.

Nas palavras de Craveiro Costa, “cessava, virtualmente, o estado de guerra em que se vinham mantendo tão denodadamente os acreanos. Podia agora a diplomacia agir tranquilamente, colhendo os resultados da luta patriótica dos seringueiros” (2005, p. 179) e, cabe ressaltar, a mobilização de tropas nacionais para resguardar os revoltosos, essencial para a aceitação do *modus vivendi*.

## **2.8 A Questão do Acre e o Tratado de Petrópolis**

De acordo com o Deputado Gastão da Cunha, o Tratado de Petrópolis foi o “mais importante dos ajustes diplomáticos desde a Independência” (ARAÚJO; RICUPERO, 2002, p. 80). Ademais, o tratado, simbolizando a resolução da conflituosa Questão do Acre, representa também a forte interdependência entre as negociações político-diplomáticas e as ações militares.

Nas palavras dos diplomatas João Hermes Pereira de Araújo e Rubens Ricupero:

Da mesma opinião era o próprio Rio Branco, o qual se dava conta de ser o acordo, acima de tudo, uma grande obra política cuja preparação e encaminhamento tinham exigido não só os conhecimentos geográficos, históricos e jurídicos que lhe tinham valido nas arbitragens, mas o manejo do poder e da capacidade de transigir em doses precisas e bem proporcionadas. Sem o fechamento do Amazonas, o *Bolivian Syndicate* não desistiria da concessão, mas se não tivesse havido a disposição de pagar uma indenização por um erro cometido pelo Governo boliviano, quem garantiria a renúncia do consórcio e a neutralidade dos países de onde eram cidadãos os seus investidores? Caso não se tivesse ocupado militarmente o território, o General Pando provavelmente não teria negociado seriamente. Não fossem, porém, além das compensações financeiras, as cessões de territórios, tão incompreendidas internamente no Brasil, como resolver o problema dos brasileiros do Acre sem o recurso à conquista direta ou disfarçada? (2002, p. 80).

O próprio início da Questão do Acre se deu devido à assinatura, às pressas, de um tratado desfavorável ao Brasil, pressionado pela guerra com o Paraguai e desejoso de mitigar ou resolver os conflitos com seus vizinhos. A Primeira e

Segunda Revoluções Acreanas, por sua vez, também representam conflitos armados resultantes de decisões diplomáticas mal calculadas. A proposta boliviana de ceder o Acre ao *Bolivian Syndicate*, resultado da incapacidade militar do governo da Bolívia em manter a soberania do território, figura-se, ainda, como a principal causa da Terceira Revolução Acreana.

Na opinião de Roberto Game e Silva, “embora a presença do Barão do Rio Branco, à frente da nossa diplomacia, tenha sido oportuna e providencial, não se pode negar a Plácido de Castro e ao seu exército de seringueiros nordestinos, a glória de ter possibilitado tal feito” (2003, p. 21). Com efeito, as estratégias desenvolvidas pelos dois principais protagonistas da Questão do Acre, o Barão do Rio Branco e Plácido de Castro, foram sempre conscientes dos possíveis desdobramentos políticos, diplomáticos e militares de suas ações.

Rio Branco – quem, escrevia Joaquim Nabuco em carta à Machado de Assis, “além de chanceler, se fez comandante-em-chefe” (VIANA FILHO, 2008, p. 399) – alternava suas ações entre “providências enérgicas” e “apelos conciliatórios” (LINS, 1996, p. 270-271), sem desviar do objetivo final e deixando sempre aberta a porta para a negociação diplomática. Por outro lado, Plácido de Castro, aclamado pela opinião pública como “auxiliar máximo de Rio Branco” (COSTA, 2005, p. 141) e por este chamado de “diplomata do Acre” (COSTA, 2005, p. 156), conduzia a campanha do Acre com pensamento ao mesmo tempo de general e diplomata, como evidenciou suas decisões de proclamar o Estado Independente do Acre e de levar a revolução à Bolívia.

Tanto Rio Branco quanto Plácido de Castro entendiam que, nas palavras de Raymond Aron, “o excesso de fraqueza não é menos comprometedor para a paz do que o excesso de força” (2002, p. 55), dosando suas ações nessas duas medidas.

Clausewitz ressalta a importância das personalidades na condução da guerra, dentro e fora do campo de batalha, caracterizando-se como – além das variáveis materiais – a variável responsável por produzir ainda mais possibilidades ao resultado final:

*In welchem Gebiete menschlichen Verkehrs kämen diese, alle sächlichen Verhältnisse überspringenden Funken der persönlichen Beziehungen nicht vor, und im Kriege, wo die Persönlichkeit der Kämpfer, im Kabinett und Felde, eine so große Rolle spielt, können sie wohl am wenigsten fehlen*<sup>8</sup> (1857, p. 33).

---

8 “Existirá algum domínio da atividade humana em que não possa surgir uma personalidade extraordinária que desafie todas as condições materiais? É na guerra onde elas menos faltam e onde a personalidade do combatente desempenha um importante papel, tanto no escritório como no campo de batalha” (tradução sugerida).

Conclui, por fim, Craveiro Costa, resumindo o papel desempenhado pelas principais personalidades da Questão do Acre:

Agiram os acreanos por inspiração de seu patriotismo, para que o Brasil não perdesse, por insciência de alguns dos seus estadistas, uma região maior de 5.780 léguas quadradas, que eles, acreanos, haviam desbravado, povoado e civilizado com o seu másculo e inigualável esforço.

Rio Branco, ‘nome tutelar, como deus Terminus da nossa integridade nacional’, no dizer lapidar de Rui Barbosa, foi ao encontro desses heróis, amparando-os, numa ânsia generosa de reparação e justiça, que lhes eram devidas, com o poder incomparável de sua ampla visão política.

Plácido de Castro foi o combatente sem tréguas, o auxiliar primacial dessa grande conquista nacional. Completam-se. A obra de um é consequência da do outro. Deve-lhes o Brasil a incorporação do território acreano ao patrimônio nacional (2005, p. 191).

Independente das pessoas envolvidas, a relação fundamental entre o militar e o diplomata é amplamente reconhecida. O Barão do Rio Branco explica essa relação com a analogia de que “Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro se bate para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência” (BRASIL, 2012b, p. 156).

Raymond Aron, em *Paz e guerra entre nações*, define as Relações Internacionais como a “ciência da guerra e da paz” (2002, p. 53), servindo a ambos os fins, que, na visão do autor, são os dois principais métodos com os quais os Estados se relacionam. Aron escreve, ainda, que o diplomata e o soldado não são apenas membros da coletividade – ou, em seus próprios termos, da “unidade política” (2002, p. 25) – a que servem, mas são seus maiores representantes exteriores. Raymond Aron complementa essa relação:

O diplomata e o soldado *vivem e simbolizam* as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: elas se desenrolam à sombra da guerra; para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz (2002, p. 52).

Dessa forma, sendo o diplomata o instrumento pacífico dessa estratégia da política externa, ele precisa conhecer as capacidades e o grau de preparo das suas

Forças Armadas, a fim de saber qual é a força que pode contar em último caso. Do outro lado, o militar deve conhecer de que modo o diplomata conduz suas ações, estabelecendo, assim, uma forma de conduta e preparo, ou seja, a sua doutrina militar; e, na hipótese de insucesso da ação diplomática, estando apto a empregar a força (MENEZES, 1997).

Karl von Clausewitz (1857) reconhece que – apesar de a “solução sangrenta da crise”, ou seja, o esforço despreendido para destruir as forças do inimigo, figurar-se como a característica primordial da guerra – é muitas vezes mais aconselhável buscar meios pacíficos, ou mesmo o uso limitado da força, para a resolução de conflitos. Clausewitz aponta, entretanto, para os perigos de confiar cegamente na solução diplomática e não se preparar para uma possível guerra:

*[...] aber wir müssen doch immer von ihm fordern, daß er sich bewußt bleibe, nur Schleiwege zu gehen, auf denen ihn der Kriegsgott ertappen kann, daß er den Gegner immer im Auge behalte, damit er nicht, wenn dieser zum scharfen Schwerte greift, ihm mit einem Galanteriedegen entgegentrete<sup>9</sup> (1857, p. 42).*

Reconhecendo essa interdependência em discurso dirigido a militares e pronunciado no Palácio do Itamaraty em novembro de 1906, o Barão do Rio Branco ressalta a necessidade de uma força militar eficaz, mesmo em um país cuja política externa é historicamente conciliadora:

Sois soldados de um país que, logo ao assentar as bases da sua política exterior, mostrou invariavelmente não sonhar com hegemonias ou com conquistas territoriais. [...] Mas o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar [...]. Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais. [...] A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo de vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõe-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que, às vezes, só a força pode dar. Carecemos de exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos reconquistar, para a nossa marinha, a posição que antigamente ocupava. (BRASIL, 2012b, p. 154-156).

---

9 “[...] mas precisamos sempre exigir-lhe que seja consciente de que está percorrendo caminhos sinuosos, nos quais o deus da guerra poderá surpreendê-lo, e que deve vigiar constantemente o inimigo, a fim de que quando este empunhe uma espada afiada, não tenha que se defender com um espadim” (tradução sugerida).



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Questão do Acre pode nos dar exemplos práticos das diversas formas de como as ações militares e diplomáticas são ferramentas interdependentes da política externa. Podem-se observar acordos diplomáticos influenciados diretamente por um conflito militar, ou mesmo pela ameaça dele (como o Tratado de Ayacucho e o Tratado de Petrópolis); bem como o contrário, quando conflitos armados foram deflagrados por acordos político-diplomáticos mal calculados (como foi, por exemplo, o protocolo de 22 de outubro de 1898 em relação à Primeira e Segunda Revolução Acreana; e o *Bolivian Syndicate* e a Terceira Revolução Acreana).

A importância de o estadista compreender a interdependência entre as ações militares e diplomáticas e de, principalmente, articular de maneira eficiente essas duas ferramentas da política externa e de defesa é incontestável. No entanto, ainda se percebe um grande afastamento do poder político, responsável por coordenar essas ferramentas, em relação à diplomacia e ao poder militar. Ainda que menos significativo que o anterior, também ocorre entre o diplomata e o militar um afastamento que deve ser remediado.

De acordo com Menezes (1997), essa desassociação entre o pensamento militar e a diplomacia advém, principalmente, da formação histórica da diplomacia brasileira, como uma continuidade da diplomacia portuguesa; e da desconfiança mútua entre civis e militares, com origens mais antigas, mas reforçada pela ditadura militar de 1964 a 1985. Menezes, parafraseando Samuel Huntington (2000), acrescenta, ainda, que a especialização da força militar acaba por torná-la “ingênuo num jogo político” (1997, p. 63).

A condução das negociações diplomáticas por Rio Branco, bem como a das ações militares por Plácido de Castro, mostrou-se exemplar, tanto para militares quanto para diplomatas, na articulação desses vetores. Essa consciência da relação entre diplomacia e estratégia militar pôde ser observada, por parte de Rio Branco, no acertado fechamento do Amazonas e no estabelecimento do *modus vivendi*; e, por Plácido, na proclamação do Estado Independente do Acre e na decisão de levar o conflito a território incontestavelmente boliviano.

O exemplo prestado pela Questão do Acre deve servir de lembrete para nossos representantes no exterior. Neste sentido, e como defendido por Rio Branco, a necessidade de uma força militar eficaz é constante, mesmo em um país cuja política externa é historicamente conciliadora. Entretanto, Clausewitz exprime a mesma preocupação de Rio Branco, em relação ao estadista que escolhe a via pacífica e por vezes se esquece da possibilidade da guerra – de ser surpreendido e ter que se defender com um espadim.

O tinir de sabres na antessala – ou seja, a consciência mútua de suas capacidades militares – compõe um elemento essencial para os diplomatas sentados

à mesa de negociação. Dessa forma, eles sabem até onde as forças militares poderão ampará-los em seus argumentos e qual será a última consequência de um insucesso diplomático.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Hermes Pereira de; RICUPERO, Rubens. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. 2. ed., Brasília: FUNAG, 2002.

ARON, Raymon. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AZEVÊDO, Gregório Thaumaturgo. *O Acre: limites com a Bolívia*. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & Comp., 1901.

BASADRE, Jorge. *História de América y de los pueblos americanos*. Barcelona: Salvat, 1936. v. 25. Colaborador Antônio Ballesteros Beretta.

\_\_\_\_\_. *Chile, Perú y Bolivia independientes*. Barcelona: Salvat, 1948.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatorio do Ministerio das Relações Exteriores: relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Dr. Olyntho de Magalhães em 2 de agosto de 1900*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

\_\_\_\_\_. *Obras do Barão do Rio Branco V: questões de limites e exposições de motivos*. Brasília: FUNAG, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos*. Brasília: FUNAG, 2012b.

BURNS, Bradford. *The unwritten alliance: Rio-Branco and Brazilian-American relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

CLAUSEWITZ, Karl von. *Vom Krieg*. 2.ed. Berlim: Ferd. Dümmler's Verlagsbuchhandlung, 1857.

COSTA, João Craveiro. *A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre*. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, 2005.

FROTA, Guilherme de Andrea. *500 anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2000.

GÓES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: IPRI, 1991.

HUNTINGTON, Samuel P. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 15 ed., 2000.

LINS, Álvaro de Barros. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996.

MENEZES, Delano Teixeira. *O militar e o diplomata*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997.

RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: MRE, 1954. 2 v.

SILVA, Roberto Game e. *A Epopeia do Acre*. Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Militares das Forças Armadas, 17 nov. 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (Org.). *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público: (Período 1899-1918)*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

VERA, Cristián Garay. *El Acre y los "asuntos del Pacífico": Bolivia, Brasil, Chile y Estados Unidos, 1898-1909*. *Historia*. Santiago: IHPUCC, 2008.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

Recebido em: 10 jan. 2017

Aceito em: 25 abril 2017